

GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

Legislaturas: I, II, III, IV.

Data de nascimento

- 1888-03-08.

Localidade

- Évora.

Data da morte

- 1974-11-13.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Filologia Germânica, pela Universidade de Lisboa;
- Estágio em Leipzig.

Profissão

- Professor universitário.

Carreira profissional

- Professor efectivo do Liceu de Évora;
- Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Além de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Heidelberg, foi membro de inúmeras academias nacionais e estrangeiras.

Perfil político-ideológico

- É um dos principais ideólogos na formatação da política da educação do Estado Novo, tendo por modelo a ideologia nazi.

Carreira político-administrativa

- 1928-1933 – Ministro da Instrução Pública;
- 1929 – Funda a Junta de Educação Nacional, de que se tornaria Presidente;
- Presidente do Instituto de Alta Cultura;
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	18. ^a – Política e administração geral.
II	15. ^a – Ciências e letras (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral.
III	15. ^a – Ciências e letras (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral.
IV	Conselho da Presidência; 15. ^a – Ciências e letras (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 77]

I Legislatura (1935-1938) [43]

- 1/I – Alterações à Constituição.
- 2/I – Instituições de previdência social.
- 5/I – Alterações à Constituição.
- 6/I – Alterações à Constituição.
- 9/I – Alterações à Constituição.
- 11/I – Organização sindical dos ferroviários.
- 14/I – Organismos superiores da defesa nacional.
- 15/I – Modificação de algumas disposições do Acto Colonial.
- 16/I – Isenção de contribuição predial.
- 20/I – Criação da representação diplomática na União Sul-Africana.
- 21/I – Seguros de vida dos funcionários públicos.
- 23/I – Construção de uma estátua ao Dr. Sidónio Pais (*Relator*).
- 25/I – Criação do conselho regulador dos preços máximos dos géneros indispensáveis à vida.
- 27/I – Defesa da instituição da família.

- 33/I – Cultura popular.
- 34/I – Expropriações de terrenos para a construção de aeródromos.
- 35/I – Construção de autódromos.
- 36/I – Vencimentos dos funcionários públicos.
- 37/I – Sociedades secretas.
- 39/I – Reorganização dos serviços de assistência aos tuberculosos do exército.
- 41/I – Alterações ao Acto Colonial.
- 45/I – Criação do fundo de cauções na Administração Geral dos Correios e Telégrafos.
- 46/I – Alterações à Constituição (*Relator*).
- 48/I – Criação do Instituto Nacional de Estatística.
- 52/I – Reconhecimento do direito de habitação numa propriedade do Estado ao Presidente do Conselho de Ministros, Ministro dos Negócios Estrangeiros e pessoas de família que com eles vivam. (*Relator*).
- 54/I – Concentrações económicas.
- 57/I – Sindicâncias e inquéritos.
- 60/I – Vencimentos do Presidente do Conselho, Ministros e Subsecretários de Estado (*Relator*).
- 62/I – Pagamento da reparação civil por perdas e danos a que se refere o artigo 34.º do Código de Processo Penal.
- 63/I – Colocação nos serviços do Estado dos diplomados pelas escolas de ensino técnico profissional e composição e duração destas.
- 65/I – Representação na Câmara Corporativa das Academias e Institutos de Alta Cultura e Sociedades de Belas Artes (*Relator*).
- 66/I – Preenchimento das Viegas existentes no quadro de engenheiros dos serviços do Ministério das Obras Públicas.
- 67/I – Coligações económicas.
- 68/I – Reforma do Ministério da Educação (*Relator*).
- 71/I – Acidentes de trabalho.
- 72/I – Código Administrativo.
- 75/I – Utilização de automóveis do Estado (*Relator*).
- 76/I – Publicação de documentos expedidos para a boa execução das leis.
- 78/I – Autorização para o Governo celebrar contratos com certas empresas existentes em Angola.
- 79/I – Considerando feriado nacional o dia 28 de Maio.
- 93/I – Repressão do exercício ilegal da profissão odontológica em Portugal.
- 100/I – Modificação da constituição do Conselho Superior de Viação.
- 113/I – Reforma do ensino primário.

II Legislatura (1938-1942) [10]

- 3/II – Regulação do exercício da profissão médica por estrangeiros.
- 6/II – Reorganização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa.
- 11/II – Navegação para as colónias.
- 13/II – Portugueses em situação militar irregular que desejem visitar o País em 1940.
- 14/II – Supressão da autonomia administrativa ou financeira nos estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério da Educação Nacional.
- 16/II – Regresso da denominação da Ilha do Pico à de Ilha de S. Dinis.
- 18/II – Acção colonizadora do Estado.
- 19/II – Concordata e Acordo Missionário.
- 21/II – Promoção de oficiais do Exército ou da Armada que desempenhem os cargos de Ministro ou de Subsecretário de Estado.
- 23/II – Condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal.

III Legislatura (1942-1945) [12]

- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 3/III – «Casal da Escola».
- 4/III – Fiscalização das sociedades por acções.
- 5/III – Criação do Conselho de Fomento.
- 8/III – Convenção Ortográfica Luso-Brasileira (*Relator*).
- 9/III – Estatuto da Assistência Social.
- 10/III – Reabilitação dos delinquentes e jurisdicionalização do cumprimento das penas e das medidas de segurança.
- 11/III – Concessões de terrenos no ultramar.
- 17/III – Construção de casas de rendas económicas.

- 21/III – Assistência psiquiátrica.
- 23/III – Coordenação de transportes terrestres.
- 24/III – Alterações à Constituição e ao Acto Colonial.

IV Legislatura (1945-1949) [10]

- 2/IV – Organização hospitalar.
- 4/IV – Acordos entre os Governos de Portugal e da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre serviços aéreos entre os territórios português e britânico e através deles.
- 8/IV – Alterações à Carta Orgânica do Império Colonial Português.
- 9/IV – Legislação eleitoral.
- 11/IV – Expropriações.
- 13/IV – Reforma do ensino técnico.
- 15/IV – Restabelecimento dos lugares dos administradores de concelho.
- 16/IV – Inquilinato.
- 20/IV – Imposto sobre sucessões e doações.
- 22/IV – Protecção ao cinema português.